

O ESTADO NOVO E A MARCHA PARA OESTE*

*Eliane M. C. Manso Pereira***

Resumo

Neste breve ensaio, nossa proposta é observar se a concepção de Marcha para Oeste, de Cassiano Ricardo, viabilizada pelo Estado Novo, respondeu aos anseios de uma parcela da elite goiana, agrupada em torno da revista *Oeste*, que aspirava ao desenvolvimento do Estado de Goiás, através de sua integração ao Brasil.

O pertencimento de Goiás ao Brasil ocorreu em um duplo movimento: de um lado, a jovem nação brasileira, promovendo sua unidade e, ao mesmo tempo, buscando sua afirmação face ao mundo ocidental civilizado. De outro lado, e numa relação dialética, Goiás, tentando viabilizar seu processo de civilização no conjunto da nação brasileira, constrói, através de sua elite, sua identidade regional e, ao mesmo tempo, sua afirmação no conjunto do Estado Nacional brasileiro.

Palavras-chave: Goiás; Estado Novo; Marcha para Oeste; Nação; Elites; Região.

Introdução

O Estado Nacional brasileiro se fortaleceu com as profundas transformações políticas ocorridas com o Estado Novo, mudanças expressas, principalmente, na estrutura de poder e no advento do movimento nacionalista, objetivando a integração nacional. Esse

* Este trabalho faz parte das reflexões que venho desenvolvendo para a tese *Marchas para leste: a construção de nação e região em Goiás, 1870-1945*, que será defendida junto ao programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Brasília.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás e Doutoranda em História Social e das Idéias na Universidade de Brasília.

nacionalismo relacionou-se não apenas com uma proposta de desenvolvimento para o Brasil, pois havia o peso de um contexto internacional – emergência dos nacionalismos de direita na Europa e conjuntura de guerra mundial –, que se refletia, de forma intensa, no encaminhamento das questões políticas brasileiras.

Oriundos de várias correntes de pensamento – modernistas, integralistas, positivistas, católicos e socialistas, os intelectuais dos anos 20 envolveram-se no projeto de construção de um ‘novo’ Estado. Os que estavam atentos aos movimentos totalitários ocorridos na Europa, com a conseqüente derrocada da democracia liberal, aclamavam a aproximação ideológica do Brasil com a Europa através dessa via e construíram projetos para um ‘novo’ Brasil, autoritário e nacionalista.

A elite intelectual, vinculada ao Estado Novo, defendeu a centralização na política brasileira. Criticou o modelo liberal, os princípios federalistas – considerados responsáveis pela falência da República Velha – e forjou concepções consideradas capazes “de combinar a realidade histórico-social do país com o projeto de salvação nacional, objetivo da Revolução de 30” (Oliveira et alii, 1982, p. 32).

Entretanto, apesar de a aproximação entre determinadas correntes de pensamento com o poder brasileiro ser um fato inédito, não havia um pensamento oficial do Estado Novo. Segundo as autoras do livro *Estado Novo: ideologia e poder* (Oliveira et alii, 1982, p. 32), não havia apenas um porta-voz, mas vários, que, afinados com o nacionalismo do Estado Novo, tentavam traduzir o pensamento de Getúlio Vargas, expresso em seus discursos. Esses discursos foram transformados em palavras de ordem para o estabelecimento de um ‘novo’ Brasil, dentro de uma ‘matriz autoritária comum’.¹ Nesse sentido, Getúlio Vargas e vários ideólogos do Estado Novo tentaram lidar com a contradição entre um discurso de democracia e as práticas totalitárias.

No processo de edificação ideológica, a cultura política brasileira estabeleceu-se a partir de duas bases de sustentação: “as raízes brasileiras e a modernização do país” (Oliveira, 1993, p. 216). À proposta de modernização – baseada no ‘novo’ e no ‘nacional’ e assumida oficialmente pela primeira vez – associava-se a realidade brasileira e as suas raízes. Nesse sentido, ser moderno significava ser brasileiro e também valorizar as tradições nacionais.

O pensamento estadonovista recusava os modelos importados, valorizando o nacional e o tradicional. Segundo Lúcia Lippi (1992, p. 32), essa tradição brasileira foi “construída pelo esforço de recuperar uma dimensão do passado e contribuir decisivamente para a legitimação da autoridade política”.

Considero como uma “tradição inventada”, conforme foi pensada por Hobsbawm (1984), essa forma de recuperar a tradição concebida e veiculada pelo Estado Novo, entendendo-a como prática de natureza ritual ou simbólica, criada e/ou recriada para inculcar valores que se associavam à imagem positiva do ‘novo’ Estado, estabelecendo uma continuidade, mesmo que artificial, entre o presente e certas práticas ligadas a um passado histórico, com o objetivo de legitimar a política do presente.

Tendo como propósito a integração nacional, o Estado Novo permitiu “que pensadores pudessem apresentar propostas capazes de se traduzir em ação governamental” (Oliveira, 1992, p. 34). À disposição do Estado estavam os modelos das sociedades nordestina, mineira e paulista como alternativas para a construção da nacionalidade. Cassiano Ricardo, por exemplo, procurou relacionar o Estado Novo com o movimento das Bandeiras; Gilberto Freyre concebeu *Casa-grande e senzala* e Alceu de Amoroso Lima desenvolveu um modelo mineiro de brasilidade.

Entretanto, se as bases eram regionais, as aspirações eram nacionais e universais:

pensadores imbuídos dessas diferentes matrizes regionais têm presença e atuação destacada na estrutura organizacional do Estado Novo. O governo autoritário passa a assegurar de tal forma a centralização, que as manifestações regionais não ameaçam o todo, mas, ao contrário, apenas mostram a diversidade na composição da sociedade brasileira (Oliveira, 1982, p. 32).

A centralização do poder, associada à necessidade de ampliação das fronteiras econômicas, através da ocupação de novas terras férteis, significou a viabilização de uma política de interiorização, caracterizada pela ocupação de novas áreas com o objetivo de aliviar as tensões sociais, deslocando “a população desocupada para o interior do país” (Esterci,

1972, p. 19). Ao mesmo tempo, definiu-se uma política de integração nacional: a 'Marcha para Oeste' foi lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia. Nesse momento, ficou estabelecida uma relação entre 'movimento das Bandeiras', idealizada por Cassiano Ricardo, e 'o Estado Novo'.

Uma imagem comum que havia sido construída nas mentes ilustradas de Goiás, desde tempos remotos, era a da decadência, a do atraso econômico. Uma parcela significativa da elite goiana passou a combater essa imagem e a aspirar ao progresso e ao desenvolvimento do Estado de Goiás, através de seu pertencimento à nação brasileira. Neste breve ensaio, nossa proposta é observar se a concepção de 'Marcha para Oeste', de Cassiano Ricardo, viabilizada pelo Estado Novo, respondeu a esses anseios.

A Marcha para Oeste

O contexto internacional do princípio do século ofereceu elementos para que os intelectuais brasileiros refletissem acerca da realidade nacional² e concebessem alternativas capazes de sanar os males que afligiam a nação brasileira.

Intelectuais de expressão, entre eles Ricardo,³ que tinham como proposta a reconstrução da cultura brasileira sobre bases nacionais e a revisão crítica de nosso passado histórico e de nossas tradições culturais, envolveram-se mais profundamente com o pensamento nacionalista.

O Estado Novo ofereceu, pela primeira vez, a possibilidade de participação efetiva dos intelectuais na história política brasileira. De fato, "o Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade (...) com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização do discurso do poder, particularmente o ideológico" (Lenharo, 1986, p. 63).

Essa homogeneização ocorreu principalmente pela mediação do ideal nacionalista, uma vez que este estabeleceu a "identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino comum, destino cujos traços se originam no passado, são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum" (Oliveira et alii, 1982, p. 34). O discurso

do poder pretendia criar um sentimento de co-participação do povo brasileiro no sentido de uma unidade ético-cultural, econômica, política e principalmente no pertencimento desse povo à nação brasileira.

Cassiano Ricardo, principalmente em sua obra *Marcha para Oeste*, foi um dos grandes ideólogos do Estado Novo.⁴ Nessa obra, foi recriada, numa reconstrução seletiva do passado, a história do Brasil tendo o bandeirante como eixo da narrativa e a sua tradição 'inventada' como forjadora da história do Brasil. O autor promoveu a valorização positiva do bandeirantismo como uma forma de democracia 'primeira', sugerindo uma relação justa e afetuosa entre líderes e liderados e, por isso, geradora da democracia social⁵ que foi herdada por Getúlio Vargas. "A bandeira de Ricardo ensaia a constituição de um 'Estado em miniatura', uma projeção de que o Estado Novo visava construir e consolidar" (Lenharo, 1986, p. 63).

A imagem mítica do bandeirante como 'um desbravador', um 'forte' e origem primeira de população que se fixou no sertão, remete, ainda, à idéia de relações étnicas afetuosas entre brancos, negros e índios, que, tendo de enfrentar as agruras do sertão, tornaram-se mais solidários. Desse modo, as diferenças étnico-sociais não existiriam.⁶

Cassiano Ricardo mistificava

no passado o que lhe tornaria dificultoso acentuar no presente. A solidariedade social, o espírito cooperativo, dinamismo da ação individual direcionada socialmente, a mestiçagem intensa e a não existência de preconceitos, sentimentos opostos remetidos a uma só direção, o caminhar juntos no mesmo rumo psicológico, a integração de todos numa só alma – são apreciações muito mais voltadas para o querer do presente do que realmente considerações históricas aferíveis no passado (Lenharo, 1986, p. 63).

Para Ricardo, os valores de brasilidade ficaram, no original, preservados no sertão e a 'Marcha para Oeste' deveria conduzir a nação à pureza desse sertão, afastando-a dos valores disseminados no litoral com "sua infecção ideológica e sua ação dissolvente" (Lenharo, 1986, p. 69). A *Marcha* rumo ao Brasil Central era, na realidade, uma "marcha voraz, antropofágica" (Lenharo, 1982, p. 72). Significava a convergência entre o Brasil civilizado e o Brasil nativo, em um momento em que o Brasil litorâneo avançava sobre o 'sertão'. "O encontro das duas partes

deverá redundar na Nação integrada e purificada, convivendo seletivamente o melhor da materialidade do litoral com a pureza espiritual do sertão, fundadores da nova qualidade da Nação, plena e harmoniosa” (Lenharo, 1982, p. 72).

A ‘Marcha’, rememorando a figura mítica do bandeirante, seria continuada pelo Estado Novo que, enfatizando a idéia de uma nação em movimento rumo à sua concretude e ao seu progresso, sugeria um movimento no sentido da construção de uma nação, que irmanada caminharia rumo ao seu progresso futuro.

Novamente, tratava-se de um movimento, de uma marcha, dos paulistas pelo sertão, pelo interior. A imagem do bandeirante como herói da história do Brasil serviu para conferir legitimidade a um ‘novo movimento bandeirante’, através de uma tradição inventada.

Havia convergência entre Cassiano Ricardo e o poder político, daquele momento, na forma de pensar a realização de um grande Brasil. O movimento dos bandeirantes associado à ‘Marcha para Oeste’, pensada por Ricardo, foi conveniente aos projetos políticos do Estado Novo. Suas concepções, veiculadas através da propaganda do Estado, passaram a fazer parte do discurso do poder, na construção de um grande e poderoso Brasil. Tratava-se, segundo Lenharo, de uma estratégia política, intencionalmente implementada, com o objetivo de unificar os brasileiros em torno da figura sublime da nação, afastando-os das influências deletérias alienígenas. Com essa política, o Estado Novo, na realidade, pretendia mascarar os conflitos que estava enfrentando.

Assim, para além de seu sentido de brasilidade, a ‘Marcha para Oeste’, era, também, uma questão de segurança nacional. A estratégia política da criação das colônias agrícolas nacionais, nas áreas consideradas vazias do interior do país, servia, por um lado, ao propósito de promover a diminuição dos conflitos urbanos, através do patrocínio da migração interna pelo estado; por outro, o povoamento das fronteiras nacionais evitaria sua ocupação por nações estrangeiras. A ‘Marcha para Oeste’ representava “segurança e sobrevivência da nacionalidade independente” (Dayrell, 1974, p. 47); representava, igualmente, uma forma de garantir para o país a reserva de riqueza no interior, ainda não colonizado.

O objetivo político do governo era promover a grande unificação nacional e viabilizar o imperialismo brasileiro, através da “expansão

demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país”.⁷

A integração de Goiás ao Brasil representou a concretização dos esforços de políticos e intelectuais goianos, principalmente ao longo da Primeira República, em direção à nação brasileira. Essa nova mentalidade encontrava-se ancorada na idéia de progresso para o Estado. Estava, igualmente, ligada às transformações que ocorriam no sul de Goiás, onde se articulou um movimento de oposição, igualmente de elite, com características progressistas modernizadoras. Esse grupo, com Pedro Ludovico na liderança, buscava a superação da ordem oligárquica representada pela família Caiado no poder e se empenhava na construção do progresso para o Estado.

Em Goiás, o progresso, ou seja, o lento e gradual desenvolvimento do Estado, se daria através da superação do atraso, que, segundo o discurso da época, seria possível pela incrementação de novos meios de comunicação, possibilitando a integração do Estado aos centros desenvolvidos do país, pelo desenvolvimento das potencialidades do Estado e ainda, pela *superação da mentalidade retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção a seu destino* (Machado, 1990, p. 123)

Essa mentalidade associava-se à ordem oligárquica no poder em Goiás.

Intelectuais goianos passaram a atuar, a partir da primeira década do século XX, de forma mais intensa, no sentido de se viabilizar um progresso futuro para o Estado. Na valorização de Goiás,⁸ foi utilizada, entre outros recursos, a imprensa regional e nacional. Uma das frentes mais visíveis dessa atuação foi a revista *Informação Goyana*, editada sob a responsabilidade de Henrique Silva e Americano do Brasil, cumprindo o objetivo principal de divulgar uma imagem positiva de Goiás para a nação brasileira.

A *Informação Goyana*, cujo lema era “divulgar as possibilidades econômicas do Brasil Central”, circulou, mensalmente, entre 1917 e 1935. A editoração e a publicação eram feitas na capital federal com a ajuda financeira do Estado de Goiás. Sua circulação acontecia preferencialmente na capital federal e, somente em 1930, com a mudança

de governo, cada número da revista passou a ser distribuído à Presidência do Estado, aos órgãos administrativos e às prefeituras municipais em todo o Estado de Goiás.

Intelectuais goianos como Leopoldo de Bulhões, Hugo e Vitor de Carvalho Ramos, Moisés Santana, Colemar Natal e Silva e os editores da revista, entre outros, divulgavam “um paraíso à espera da civilização” (Duarte, 1996, p. 49) no Brasil Central. Dedicaram-se a propagar o “desconhecido e abandonado grande Estado do *hinter-land*” (Duarte, 1996, p. 49). O desenvolvimento da região, através do afluxo de capital, de novos meios de transporte e de comunicação, seria responsável pela integração do Estado aos centros desenvolvidos e o atraso, de que era vítima o Estado de Goiás, seria superado.

Nas páginas da *Informação*, pensadores nacionais, como Capistrano de Abreu e Afonso Arinos – que, como continuadores do nacionalismo de Euclides da Cunha, entendiam a necessidade de integração do interior ao Brasil – reafirmavam as convicções dos goianos.

O movimento de integração de Goiás ao Estado Nacional brasileiro ancorava-se na idéia de progresso como forma de superar o atraso. Sua concretização ocorreu com o Estado Novo, quando a oposição assumiu o poder local e ofereceu sustentação à ação do poder central, na política de interiorização da nação brasileira.

O período que se iniciou em 1930 significou para Goiás um novo tempo, com a viabilização de um novo projeto político de cunho modernizante: com Pedro Ludovico no comando, o Estado passou a atuar como “órgão propulsor do progresso” (Machado, 1990, p. 127).

Em fins de 1937, a política de implementação da auto-suficiência nacional e de unificação econômica, desenvolvida pelo Estado Nacional brasileiro, apresentou-se bastante oportuna para que ocorresse, finalmente, o pertencimento de Goiás à Nação brasileira, dentro de uma idéia, há muito almejada, de valorização daquele Estado no conjunto nacional.

Nesse momento, Goiás despontou com alguma expressão no âmbito nacional. E, o governo estadual, “seguro em seus alicerces políticos, consolidado pela conjuntura nacional” (Machado, 1990, p. 145), fortaleceu-se. Pedro Ludovico pôde, então, implementar uma nova política com ênfase na racionalização administrativa do Estado e na construção do progresso para Goiás. Essa política resultou na concretização

das propostas de colonização, segundo a orientação nacional, e no incremento às obras de construção da nova capital para o Estado, condição fundamental para a integração de Goiás à Nação brasileira.

Goiás 'desabrochava' para a Nação através da política de colonização promovida pelo Estado Nacional e ideologicamente conduzida através da 'Marcha para Oeste'. Goiânia tornou-se a nova capital do Estado de Goiás, transformou-se no grande símbolo da modernidade e o marco mais visível de um 'novo' tempo para a região e para a Nação, quando um 'novo' Brasil se contraporía ao 'velho'.

Para as pessoas que construíram a nova capital – material e culturalmente –, Goiânia representava, de fato, uma grande promessa futura, muito mais do que um realidade e o desempenho dos goianos na viabilização dessa promessa revelou-se fundamental. Frederico de Medeiros (*Oeste*, 1983, p. 25-7) descreveu a cidade em janeiro de 1937, como

um canteiro de obras, aliás bem pobre. Vasta campina a sumir de vista, sua planura verdejante já toda enfeitada de arabescos vermelhos anteprojeto dos arreiamentos. Nos meses de agosto, (...) arrancavam-se do chão imensos cones vermelhos, em redemoinhos de poeira, subindo para os céus e desaparecendo na amplidão, fenômeno que assustou o Presidente Vargas, quando nos visitou na década de 40.

Em 1942, quando ocorreu o Batismo Cultural da nova capital, Goiânia foi palco de vários eventos culturais. Segundo Mendonça Teles (*Oeste*, 1983),

quando Pedro Ludovico idealizou o projeto Goiânia, ele sabia, como intelectual, que uma cidade não se levanta somente com bases materiais: mais do que nunca, as raízes culturais devem ser fincadas como alicerce seguro e protetor das tradições que irão moldar o comportamento das gerações futuras. E, por isso, ele convocou os jovens, moços idealistas, (...) Assim, cercados de jovens talentosos, de tradição humanística, foi-lhe possível erigir a nova Capital sob o signo da educação e da cultura. A fundação da Academia Goiana de Letras, em 1939, e a construção do Lyceu de Goiânia, Escola Técnica Federal, Escola Normal, Grupo Escolar

Modelo e Museu Estadual atestam esta acertiva (sic). E, quando a Cidade estava pronta para ser entregue à comunidade nacional, nada mais justo do que batizá-la culturalmente. E vieram autoridades das mais representativas da vida educacional e científica do País (...) Realizou-se o VIII Congresso Brasileiro de Educação, e também a sessão das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística, do Conselho Nacional de Geografia e da Sociedade Brasileira de Estatística (...) Inaugurou-se o Cine Teatro Goiânia, com a apresentação da peça *Colégio Interno*, com a consagrada artista Eva Tudor, e do filme *Divino Tormento*, estrelado por Jeanete Mac Donald e Nelson Eddy. No Palácio das Esmeraldas, com a presença de representantes de todos os Estados e Município goianos, apresentou-se a Orquestra Sinfônica de Goiás, sob a regência do saudoso maestro Joaquim Edson de Camargo.

Estava culturalmente inaugurada a nova Capital de Goiás. Mas, no meio de todos esses acontecimentos notáveis, um marcou profundamente o Batismo Cultural: a circulação, naquele 5 de julho, da revista *Oeste*.

Havia concordância, entre as pessoas que participaram da revista *Oeste*,⁹ quanto à necessidade de se promover o desenvolvimento tanto material quanto cultural de Goiás. A revista *Oeste*, que circulou de 1942 a 1944, foi porta-voz do pensamento do Estado Novo, ao mesmo tempo em que ajudou a consolidar a recém-fundada capital do Estado. A *Oeste* – criada como órgão de divulgação e propaganda do Estado de Goiás e do Estado Novo, com a intenção de ser condutora do processo de desenvolvimento cultural em Goiás – foi publicada por intelectuais aglutinados em torno de Pedro Ludovico, que procuravam viabilizar a proposta de construir na nova capital do Estado um pólo cultural do porte dos melhores do país.

Assim, um dos propósitos fundamentais dessa revista era estabelecer o suporte cultural para o emergente Estado de Goiás. As bases desse pensamento, apesar de regionais, estavam afinadas com o pensamento difundido pelo Estado Novo, com ênfase no novo e no tradicional.

Para Goiás, o ‘novo’ era representado pela promessa de um grande futuro, que se vislumbrava com a nova capital. O ‘tradicional’ encontrava-se associado, contraditoriamente, de um lado, ao atraso da

antiga capital e, de outro, à idéia de uma cultura de origem européia, tradicionalmente preservada pelas populações urbanas de Goiás. Quando foram resolvidas as resistências mudancistas, o 'tradicional' passou a significar a cultura que havia sido sedimentada na antiga capital, da qual Goiânia apresentava-se como herdeira natural.

A *Oeste*, veículo do pensamento 'moço' de Goiás – cujo principal representante era o interventor Pedro Ludovico –, seria responsável pelo desenvolvimento do Estado através da difusão de uma nova mentalidade intelectual, mais atuante na realidade. Era preciso mostrar ao “Brasil, por intermédio de seu jornalismo, a grandeza e o alcance das realizações políticas e da vida intelectual de Goiás” (*Oeste*, 1983, p. 9-11).

Os que participaram da revista acreditaram, sinceramente, que estavam cumprindo o papel de reafirmar a imagem positiva desse Estado para o Brasil. A idéia dos homens da época, em relação a esses acontecimentos, pode ser traduzida pelo depoimento de Castro Costa (*Oeste*, 1983, p. 17-9):

no início da década de 40, quando Goiânia começava a abandonar seus trôpegos passos de vila ambiciosa para se tornar cidade planejada e socialmente significativa, havia em todos os cérebros um vibrante latejar de grandeza também espiritual que contaminava todas as gerações. Velhos, moços, homens, mulheres, até mesmo adolescentes – todos vibravam com a perspectiva de uma Capital de Estado que, indubitavelmente, seria em poucos anos uma das maiores e mais admiráveis de nosso país.

É verdade que a imprensa da época, dentro das limitações circunstanciais, era um pulmão vigoroso que oxigenava o ambiente intelectual do burgo nascente (...) Todavia, a tônica de todos os órgãos de imprensa goiana era a construção material de Goiânia, considerada uma verdadeira epopéia ante a nenhumidade (sic) das rendas do erário do Estado, provado estatisticamente como uma das mais atrasadas unidades federativas brasileiras, quiçá, a mais atrasada. De sorte queurgia aparecer um órgão de imprensa que atendesse aos anseios da intelectualidade da terra, sôfrega em mostrar algo mais da punjança do Estado mediterrâneo, exatamente num setor de perenidade que desse notícias aos pósteros. Será essa, certamente, a explicação do aparecimento da revista *Oeste* num ambiente na verdade tão árido e áspero, dada a pequenez da cidade.

A construção de uma nova capital para o Estado de Goiás estava dentro das metas a serem alcançadas pela Marcha para Oeste. Para o Brasil, Goiânia representou a concretização de um discurso e o momento em que o símbolo se corporificou e se transformou em um marco na concretização de uma política nacionalista: o Brasil civilizado, a partir da integração de suas regiões, pretendia marchar, a passos largos, rumo ao progresso e à civilização. Assim, finalmente, o Brasil romperia com um passado de inferioridade diante do mundo civilizado.

Para os intelectuais goianos, que se agruparam em torno de Pedro Ludovico, a idéia de uma nova capital para Goiás associava-se ao moderno, ao progresso, ao desenvolvimento econômico, social e cultural e ao 'pertencimento' da região à Nação brasileira. O desenvolvimento e a civilização, que estava prestes a se concretizar, contrastavam com a imagem de atraso e estagnação, associada ao Estado de Goiás da Primeira República.

No momento da inauguração de Goiânia, o discurso de Pedro Ludovico expressava o pensamento que os goianos 'progressistas' tinham de seu Estado. Refletia, ainda, os objetivos comuns que irmanavam o Estado de Goiás à Nação brasileira, afinados com as propostas de Getúlio Vargas:

Dirijo-me ao Brasil, ao ensejo da passagem do maior acontecimento já registrado no meu Estado.

Inaugura-se hoje a jovem Goiânia, Capital de Goiás.

Ao entregar à comunhão nacional a cidade cuja construção foi parte primacial do meu programa de governo, despido de espírito regionalista, ergo o meu olhar para a Pátria comum, antevendo o seu futuro esplendoroso.

Tenho a honra de saudar, na pessoa do grande condutor, o Presidente Getúlio Vargas, o Brasil gigante e poderoso.

Saúdo a Amazônia, tão cheia de mistérios e tão rica de promessas; as terras dos palmares e babaquais esplêndidos do Parnaíba longínquo. Saúdo o nordeste, de atitudes heróicas e fecundas ante as durezas do clima que o flagela; os Estados do leste, de riquezas tão numerosas e de um labor tão intenso, em benefício da economia nacional. Saúdo as terras dos vales históricos do Paraíba e do Tietê, onde vicejam os cafezais, os algodoads e tantas outras riquezas; as regiões admiráveis dos pinheirais

paranaenses e catarinenses. Saúdo os pampas do sul, berço de heróis, celeiro do Brasil; as terras que, a leste e oeste de Goiás, com ele se irmanam na grandeza das suas glebas, na variedade dos seus produtos e no labor intrépido dos seus filhos. Saúdo o Brasil todo, símbolo de pujança, dignidade e elevação moral.

A Ele, BRASIL, entrego um grande Ideal que se tornou uma grande realidade – GOIÂNIA.¹⁰

Conclusão

O 'pertencimento' de Goiás ao Brasil ocorreu em um duplo movimento: de um lado, a jovem Nação brasileira, tentando promover sua unidade e, ao mesmo tempo, buscando sua afirmação diante do mundo ocidental civilizado. Nesse sentido, as referências eram os modelos de pensamento que, imitados e confrontados com a realidade brasileira, ganhavam outra dimensão. É interessante perceber que, nesse processo, a própria negação do modelo de desenvolvimento – quando o Brasil se voltava para seu interior – manteve como referência a sociedade européia, em sua negação à civilização.

De outro lado, e numa relação dialética, Goiás tentava viabilizar seu processo de civilização no conjunto da nação brasileira. A intelectualidade goiana buscou a civilização, o leste, pretendendo seu 'pertencimento' ao mesmo tempo que sua afirmação no Estado Nacional brasileiro.

A construção do 'pertencimento' de Goiás à nação brasileira, concomitante à formação de uma identidade regional – 'goianidade' –, ocorreu de forma ambígua: ao lado de um imenso complexo de decadência, a necessidade de compartilhar do processo civilizatório. Esse sentimento de ambigüidade marcou profundamente o imaginário goiano e foi, provavelmente, a grande responsável pela construção de uma cultura local, que se realizou regionalmente, mas que buscou sua concretude no 'pertencimento' do Estado à Nação brasileira.

Com o Estado Novo, ocorreu a convergência desses ideais. O Brasil voltou-se para o interior e, através de um projeto nacionalista – a 'Marcha para Oeste' –, acelerou o ritmo de seu processo de integração de Goiás ao Brasil.

Abstract

This brief essay analyzes the repercussion of the proposal of the *Marcha para Oeste* by Cassiano Ricardo, in that important group of the *Oeste* magazine in the period of the *Estado Novo* (1937-1945). That group seeks the development of the State of Goiás through its incorporation to Brazilian nation. The *appartenance* of the State of Goiás to Brazil had occurred in a double way: on the one hand, the young Brazilian nation promoting its unity and its position before the civilized occidental world; on the other hand, the élites of State of Goiás trying simultaneously to favour its civilizing process, building its regional identity to face the Brazilian National State.

Key-words: Estado Novo; Goiás; *Marcha para Oeste*; Nation; Elites; Region.

Notas

- 1 Oliveira, p. 32. Alguns historiadores aceitam a tese de autoritarismo aos moldes europeus para o período do Estado Novo. Alcir Lenharo, por exemplo, defende, em *Sacralização da política* (1986) – baseado em estudos clássicos sobre o totalitarismo, como o de Hannah Arendt –, que o objetivo maior da política do Estado Novo era a domesticação do operariado através da atuação do Estado nos sindicatos, utilizando, para tanto, práticas totalitárias.

Por seu turno, Lúcia Lippi de Oliveira em “Tradição e política” (Oliveira et al., 1982, p. 32) considera que, apesar de os teóricos do Estado Novo terem buscado suas inspirações, sobretudo, no fascismo italiano, eles não apenas diferiam entre si quanto à forma de interpretar essa doutrina, mas a própria prática autoritária no Brasil apresentava especificidades, que a distinguia do modelo europeu.

É certo que o Estado Novo foi um Estado autoritário, entretanto, essa não é a única faceta desse regime. O período em questão caracterizou-se, igualmente, por um tempo em que o Estado Nacional brasileiro foi forjado pelo poder político brasileiro. Enfatizar o aspecto autoritário do Estado Novo, em detrimento de outras leituras possíveis, significa repetir uma trajetória por demais trilhada pelas ciências sociais. No presente trabalho enfatizo a convergência de intelectuais nacionais e do Estado de Goiás com as propostas do Estado Novo, tentando compreender a razão dessa convergência, o que não implica o julgamento de suas posições.

- 2 A Europa civilizada estava sendo criticada por sua intelectualidade, devido, sobretudo, à forma com que encaminhava suas questões políticas. Ao mesmo tempo, e numa relação dialética, passou a ocorrer a valorização das culturas que eram consideradas, até aquele momento, inferiores.
A 'decadência' da civilização européia e a emergência dos nacionalismos foram grandemente responsáveis pelas concepções da geração dos 20, aí incluídos os modernistas.
- 3 Havia uma variedade de correntes e idéias no movimento cultural da geração dos anos 20, entre elas, destacavam-se as de cunho nacionalista. Alguns artistas e intelectuais que participaram do modernismo ligaram-se, posteriormente, ao nacionalismo. Entre eles, destacam-se Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, que criaram o Grupo Verde-Amarelo.
- 4 Ele foi chamado de *myth-maker* do Estado Novo pela antropóloga Neide Esterci em *O mito da democracia no país das bandeiras. Análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização no Estado Novo*, 1972, p. 19.
- 5 A proposta de Cassiano, em seu livro *Marcha para Oeste*, foi, segundo Neide Esterci (1972), narrar a história do Brasil a partir da referência das bandeiras, tida como democrática. A bandeira serviu ao propósito de legitimar a "ordem política estabelecida em 1937 com a criação do Estado Novo". O Estado Novo seria o continuador dessa tradição *sui generis* de democracia bandeirante.
- 6 Cassiano Ricardo "se aproxima muito de Gilberto Freyre, somente que desloca, como Euclides da Cunha, o resultado final da mestiçagem do mulato para o mameluco (...) Ricardo quer a miscigenação forjadora das bases sociais e políticas do Estado Novo, ao passo que Freyre nostalgicamente considera a experiência brasileira do engenho consumada em si mesma, decaindo com a invasão da usina e a conseqüente transformação das relações sociais" (Lenharo, p. 123).
- 7 Vargas, Getúlio. Problemas e realizações do Estado Novo In: Dayrell, 1974, p. 37.
- 8 A atuação dos intelectuais goianos foi extremamente importante na tentativa de trazer o progresso para o Estado. Essa atuação pode ser percebida, claramente, nas páginas das revistas *Informação Goyana*

(1917-1935) e *Oeste* (1942-44). O papel desses intelectuais na formação de uma identidade regional e na construção do pertencimento de Goiás à nação brasileira, apenas sugerida no presente texto, deverá ser tratado, em sua forma acabada, em tese de doutorado a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília.

- 9 A revista *Oeste*, compilada sob o formato fac-similar, foi reeditada em 1983, sob a responsabilidade de J. Mendonça Teles, em uma parceria entre a Universidade Católica e a Caixa Econômica Federal, em comemoração ao aniversário de Goiânia.

Ao conjunto de revistas *Oeste*, composto de vinte e três números, publicados entre os anos de 1942 e 1944, foi acrescentada uma introdução constando de quatorze artigos. Nesses artigos, pioneiros de Goiânia, que também participaram da *Oeste*, como Venerando de Freitas Borges, Colemar Natal e Silva, Paulo Figueiredo, Castro Costa, Bernardo Élis, José Bernardo Félix de Souza, Frederico de Medeiros, Nelly Alves de Almeida, Domingos Félix, Genesí de Castro e Silva e Oscar Sabino Júnior ofereceram seu testemunho sobre o significado da construção de Goiânia para o Estado de Goiás, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico da região quanto do seu significado simbólico. Além das impressões de uma cidade que representava o futuro para a região, eles relataram a história da própria revista: sua finalidade, seus interesses, seus integrantes e, principalmente, seu significado para a construção de um futuro para o Estado de Goiás, após o advento de Goiânia.

No presente texto estão sendo usados fragmentos dos artigos da introdução da *Oeste*, com data de 1983 e da própria revista, datados de 1942-44.

- 10 Mensagem de Pedro Ludovico ao Brasil. In: *Oeste*. Goiânia, ano 2, n. 2, 1943.

Referências Bibliográficas

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, Ed. da UCG, 1997.

- _____. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: Ed. da UFG, 1988.
- DAYRELL, Eliane G. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Análise de uma política de colonização na expansão para Oeste*. Goiânia, 1974. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás.
- ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*. Rio de Janeiro, 1972. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Ed. da UFG, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria C. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Bandeirantes e pioneiros. As fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos. *Novos Estudos* n. 37, nov. 1993.